



REALIZAÇÃO



ASSOCIAÇÃO DOS
ARQUIVISTAS DO
ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL

PATROCÍNIO



University of Minho SPIN-OFF



INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA



PARCEIROS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¾ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado
Camila Lacerda Couto - Especialização
Cléo Belicio Lopes - Especialização
Daniel Flores - Pós-Doutorado
Débora Flores - Mestrado
Denize Brum Camargo - Graduação
Flavia Helena Conrado - Mestrado
Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado
Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização
Mateus de Moura Rodrigues - Especialização
Raquel Miranda da Silva - Especialização
Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado
Rosani Gorete Feron - Especialização
Valéria Raquel Bertotti - Mestrado
Viviane Portella de Portella - Mestrado

Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente
Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro
Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro
Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro
Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro
Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro
Arquiv. Mndr. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro
Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro
Arquiv. Ma. Neiva Pavezzi (UFSM) - Membro

Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas
Ana Célia Rodrigues - UFF
André Malverdes - UFES
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL
Aurora Leonor Freixo - UFBA
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas
Carla Mara da Silva Silva- UFAM
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq
Carlos Blaya Perez - UFSM
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG
Dhion Carlos Hedlund - FURG
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC
Eliandro dos Santos Costa - UEL
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM
Flávio Leal da Silva - UNIRIO
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA
Heloísa Liberalli Bellotto - USP
Janilton Fernandes Nunes - UFAM
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP
Josemar Henrique de Melo - UEPB
Julianne Teixeira e Silva - UFPB
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG
Marcieli Brondani de Souza - UFAM
Margarete Farias de Moraes - UFES
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL
Maria Leandra Bizello - UNESP
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES
Mateus de Moura Rodrigues - FURG
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL
Sérgio Renato Lampert - FURG
Sônia Elisabete Constante - UFSM
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP
Úrsula Blattmann - UFSC
Welder Antônio Silva - UFMG

Comissão de Apoio



Secretaria

Melina Pereira

Comissão de Divulgação

Everton Tolves
Pâmela Menezes Flores
André Grendene Azevedo
Maria Eduarda Flores

Comissão de Transportes

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon
Comissão Artística
Arion Pilla

Comissão de Projetos

Jonas Ferrigolo Melo
Juliana Kirchhof
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados

Camila Medeiros
Tamiris Carvalho
Catiana Ramiro

Comissão de Infraestrutura

Adriéli Mello
Douglas Duarte

Editoração e Revisão

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



Associação dos Arquivistas do RS - AARS

Biênio 2013 - 2015

Diretoria

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1^a SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2^a SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1^a TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2^o TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



SUMÁRIO

Sobre o Evento.....	09
AARS.....	11
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	12
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	328
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	370
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	615
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	730
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	949
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	1121
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	1143
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	1168
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória	1220

SOBRE O EVENTO

VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, consequentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO:

**ACESSO À
INFORMAÇÃO**

O INSTRUMENTO DE BUSCA COMO FACILITADOR DO ACESSO: CONSTRUÇÃO DO CATÁLOGO DO MEMORIAL DA JUSTIÇA

Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha

RESUMO

O arquivo permanente do Memorial da Justiça de Pernambuco contém processos judiciais de 1740 até 1959. Muitos usuários têm tido dificuldade na busca pelas informações nesse acervo documental devido à falta de um instrumento de busca mais detalhado. Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de descrever os passos para a criação de um catálogo em que foram contempladas tanto as informações identificadas anteriormente pela equipe do Memorial, como outras consideradas relevantes, com vistas a disponibilizar os conteúdos documentais dos processos judiciais a todos que por eles se interessem. Para a elaboração desse instrumento de pesquisa foi usado o percurso metodológico desenvolvido por Cunha (2013), que uniu as técnicas da Tipologia Documental (TD) e da Análise Documentária (AD), orientado à compreensão contextual da produção de acervo do Judiciário. O referencial teórico apresentou conceitos, histórico, características, modelos e experiências sobre as temáticas, a Diplomática, a Análise Tipológica em arquivos e as interseções entre elas, e a Análise Documentária e o vocabulário controlado. Na primeira fase do desenvolvimento da metodologia, reconheceu-se o conteúdo informativo do conjunto documental objeto de estudo, a partir de métodos da TD e da Arquivologia. Na segunda fase, identificaram-se as características dos documentos propriamente ditos, aplicando-se os conhecimentos da AD, em especial do vocabulário controlado em arquivos. Percebeu-se que, para melhor recuperar as informações contidas na documentação arquivística de caráter permanente, é preciso congregar metodologias distintas.

Palavras-chave: Acesso à Informação. Análise Tipológica. Diplomática. Indexação. Memorial da Justiça de Pernambuco

THE SEARCH ENGINE AS AN IMPROVEMENT IN THE ACCESS: THE ELABORATION OF A CATALOG OF THE MEMORIAL OF JUSTICE

ABSTRACT

The historical archives of the Memorial of Justice of Pernambuco has lawsuits from 1740 until 1959. Many users have had difficulty to search for the desired information due to the lack of a more detailed research instrument. This research aims to develop the goal of creating a catalog that contemplates the information already identified by the Memorial and others to provide the contents documentary to all who need the information. For this, we used the methodological approach developed by Cunha (2013), which combining the techniques of Typological Analysis (DT) and Documentary Analysis (DA), oriented contextual understanding of the production of the judiciary. The presented theoretical concepts, historical, features, models and experiences on issues, diplomatic, typological analysis on archives and intersections between them, and documentary analysis and indexing language. In the first stage of the development methodology, it was recognized the information content of the set of documents under study from TD and methods Archival. In the second phase, we identified the characteristics of the documents themselves, applying knowledge of DA, especially in the controlled vocabulary files. To better recover the information contained in the permanent archive documentation, it is necessary to bring together different methodologies.

Key-words: Information Access. Typological Analysis. Diplomatic. Indexing Languages. Memorial of Justice of Pernambuco.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente os tribunais, além de estarem trabalhando para garantir uma prestação jurisdicional de qualidade, têm instalado órgãos para gerenciar seus acervos documentais como parte do objetivo de elevar o grau qualitativo da administração das atividades-meio. Essa ação não é uma resposta apenas a um anseio da sociedade, que tem cobrado cada vez mais uma postura positiva dos seus órgãos, principalmente no que diz respeito à agilidade nas decisões, como também do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que impôs metas a todos os órgãos judiciais. Saliente-se que esse Conselho exerce o papel de coordenador do Judiciário brasileiro, com vistas ao controle administrativo e ao aperfeiçoamento do serviço público na prestação da Justiça, para atender aos anseios sociais.

Mesmo antes da existência do CNJ, em 1998 foi criado o Memorial da Justiça, setor do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) responsável por organizar, manter e disponibilizar para pesquisa o acervo documental de valor histórico do Poder Judiciário de Pernambuco. O órgão guarda atualmente mais de vinte conjuntos documentais arquivísticos permanentes, com datas-limite de 1740 até 1959. O instrumento de busca existente para facilitar o acesso ao acervo é o guia de fundos. Esse guia apresenta características gerais dos fundos, o seu período cronológico, a quantidade de documentos de cada conjunto documental, bem como divide a documentação em duas áreas do Direito: criminal e cível (uma generalização para *não criminal*). Em muitos casos, os processos judiciais integrantes do acervo do Memorial estão identificados por termos diferentes dos dias atuais, já que se referem, na sua maioria, a documentos produzidos e acumulados nos séculos XVIII e XIX, quando regulados por leis já revogadas.

Para compreender um pouco sobre o processo judicial, objeto de análise deste trabalho, é importante salientar que ele é um dossiê e, por essa razão, compõe-se de vários itens, existentes por obediência aos mandamentos legais. Autos judiciais existem para cumprir com a função de apresentar uma decisão sobre determinada demanda, açãoada por um interessado, que se encaminhou à Justiça por não ter conseguido solucionar um problema específico por outros meios. Para a História, esse documento composto é rico em informações, posto que apresenta diferentes visões sobre um determinado caso ou fato, por trazer em seu conteúdo os

motivos do autor para ingressar em Juízo, a defesa do réu e, muitas vezes, relatos de testemunhas, pessoas relativamente desinteressadas na demanda, que observaram o ocorrido e tiveram registrados no documento os seus discursos. Também há outros tipos de discurso nos processos, como aqueles relacionados aos delegados de polícia e aos peritos, contidos em processos criminais; as falas de terceiros interessados, muito comuns na área cível; os pareceres de profissionais da saúde, que relatam as condições médicas e de higiene dos envolvidos e, consequentemente, daquela comunidade; as fotografias, que revelam discursos por meio de imagens, em um determinado período; e as notícias de jornais, emitindo informações sobre os acontecimentos da época.

Certamente que o usuário do acervo do Memorial da Justiça, como o de qualquer outro arquivo, seria bastante beneficiado se tivesse acesso a um instrumento de pesquisa que lhe oferecesse uma lista de termos controlada. Mas, para que técnicos de arquivo permanente sejam capazes de elaborar catálogos que atendam satisfatoriamente ao usuário, precisam desenvolver um estudo que permita a coleta das informações necessárias sobre o conjunto documental, como também uma metodologia adequada para criá-los, tendo o cuidado de levantar e descrever as informações suficientes para esse fim.

Na busca por uma solução que viabilizasse a organização da informação contida nos documentos sob a guarda do Memorial, foi realizado levantamento bibliográfico. Um dos trabalhos que se adequou à demanda foi o de Cunha (2013) que, no intuito de desenvolver um projeto de mestrado na área da Ciência da Informação (CI) que fornecesse subsídios para a organização e a recuperação da informação em processos judiciais de valor permanente, tendo por objetivo final a elaboração de vocabulário controlado a partir dos conhecimentos da Análise Documental (AD), aliada à Tipologia Documental (TD), construiu um caminho metodológico para auxiliar no trabalho de identificação da informação dos documentos de arquivo.

Do trabalho de Cunha (2013) se extraíram as bases para a construção de um catálogo, pela equipe do Memorial da Justiça, que assegurasse a efetiva comunicação entre os sistemas de recuperação da informação e o usuário, sendo mediadora do processo a indexação da informação nos arquivos, por meio do vocabulário controlado. Esse novo instrumento de busca está sendo construído a

partir das informações coletadas no guia de fundos criado pela equipe do órgão, bem como por meio da leitura dos próprios processos judiciais.

Mas o acervo objeto de análise, composto por processos judiciais, ou seja, com conteúdo vinculado a uma área específica, o Direito, faz gerar a necessidade do aporte de conhecimentos sobre essa área para analisar o conjunto documental.

Quanto ao aporte teórico, como a CI estuda os processos de recuperação da informação, ela é ideal para ser usada neste trabalho, pois desenvolve estudos científicos sobre a matéria, como a metodologia da AD, que pode dar o suporte para a organização e a recuperação da informação.

Entretanto, para construir os termos que irão nomear cada processo judicial, é necessário analisar esse tipo documental com profundidade. Para isso, podem ser usados os conhecimentos da Diplomática Contemporânea. Ela serve como um meio valioso para esta identificação tipológica, já que a documentação escolhida para estudo é de arquivo, auxiliando na tarefa de arranjo, na medida em que dá subsídios para organização das séries tipológicas, proporcionando outro olhar sobre o documento e viabilizando o desenvolvimento de instrumentos de busca eficientes.

Como o acervo, objeto desta pesquisa, é arquivístico, também é importante contar com a base teórica da Arquivologia, cujos princípios, especialmente o da procedência¹²⁰ e o da ordem original¹²¹, propiciam o entendimento sobre a documentação, possibilitando a construção das ligações entre os documentos com formatos diferentes, mas com conteúdos semelhantes, em conjunto com a Diplomática Contemporânea.

Frise-se que a compreensão da prática arquivística com base na Diplomática Contemporânea tem sido pouco explorada na literatura da área. O interesse pelo assunto dessa pesquisa foi despertado pela convicção de que a colaboração entre as duas disciplinas e a CI pode contribuir para o desenvolvimento de metodologia para organização da informação.

Para atingir o objetivo pretendido neste artigo, foi desenvolvida uma análise em fontes secundárias que já abordaram a relação entre a CI e o documento,

¹²⁰ Princípio básico da Arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136).

¹²¹ Princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 137).

especialmente para discutir sobre conceitos acerca de documento, a fim de definir o objeto deste trabalho.

O catálogo, que está em fase de construção no Memorial da Justiça, baseado no percurso metodológico proposto na dissertação de mestrado de Cunha (2013), pretende auxiliar o pesquisador a buscar a informação desejada mais rapidamente, já que os arquivistas poderão utilizar os resultados apresentados para oferecer esse conhecimento previamente organizado ao público.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A recuperação da informação dos documentos de arquivo

Guimarães (2003) chama a atenção para a necessidade de a área da AD utilizar o conjunto teórico de outras áreas em recortes e realidades documentais específicas, a fim de explicitar os seus procedimentos. O autor acredita que essa interdisciplinaridade da AD pode ser desenvolvida por meio do aporte de várias disciplinas. Mas, neste estudo, interessa suas relações com a Arquivologia e a Diplomática Contemporânea.

Quanto à Diplomática Contemporânea, é importante afirmar que o seu principal benefício para este trabalho foi o de contribuir para definir o tipo de documento em sua forma. Essa análise foi realizada diretamente em cada parte dos processos judiciais, sempre levando em consideração a sua função e objetivo para o qual foi criado. Tal estudo auxiliou na identificação de cada documento, considerando-o fruto de determinado contexto histórico e de lei específica, facilitando, assim, a comparação entre documentos que foram criados com a mesma função, mas que receberam denominações diferentes. Para confirmar a possibilidade do uso da Diplomática Contemporânea pela AD, no caso de organização da informação, Guimarães (2003) concorda com a importância da contribuição metodológica da Diplomática para a etapa de identificação de conceitos em documentos técnicos.

Para demonstrar a pertinência de se utilizar a combinação entre AD e Arquivologia para subsidiar os trabalhos de organização da informação, saliente-se que Guimarães (2003, p.110-111) também acredita em uma *relação de simbiose* da AD com a Arquivologia, por esta apresentar aspectos importantes à Análise Documentária. Cita os “princípios arquivísticos da proveniência/procedência (que interfere no aspecto da confiabilidade da informação indexada) e da organicidade (visto permitir trabalhar-se tematicamente os conjuntos documentais)”.

Em contrapartida, Guimarães (2003, p. 111) também coloca que muitos dos estudos e metodologias da AD têm sido utilizados pela Arquivologia, tais como as “questões relativas à condensação e à representação documentária, visto contribuírem sobremaneira para a geração de produtos arquivísticos típicos como inventários analíticos e guias de pesquisa”. Conclui-se, então, que uma disciplina colabora com a outra.

Quando são analisados documentos como processos judiciais, estão sendo vistos principalmente textos, mas esses textos não foram escritos aleatoriamente. Pereira (2005, p. 27) lembra que “as formas textuais, narrativa, descritiva ou dissertativa, são padronizadas em decorrência do propósito e ponto de vista de sua origem”. Por essa razão, o conhecimento da legislação da época em que os documentos foram criados é tão relevante. O texto de um processo judicial, composto por documentos de diversos tipos e formatos, volta-se para resolver questões entre duas partes, estas com objetivos totalmente opostos, pois somente uma das duas vencerá a demanda. Ele pode conter textos jornalísticos (recortes de jornais para testemunhar algum fato), que se voltam à produção de informações para notícias; textos das petições dos advogados ou promotores, argumentativos, indexados a partir de suas ideias diretrizes ou hipóteses, entre outros.

Para elaborar o instrumento de busca foi necessário classificar os documentos. Para isso, analisou-se o conteúdo dos documentos, que foi revelado a partir da estrutura dos seus textos, que “é de fundamental importância na prática de tratamento, análises/sínteses e representações, ela está intimamente vinculada ao conteúdo e propósito do objeto analisado” (PEREIRA, 2005, p. 27).

Um catálogo é construído a partir de representações da informação. Mas para representar a informação é preciso entender o que é assunto. Logo se recorre à classificação de Hjorland (1992), que dividiu em categorias o conceito *assunto* em CI, apresentando-as das seguintes formas: a concepção ingênua, para a qual o título

fornecer o assunto do documento; o idealismo subjetivo, segundo o qual o assunto deve se basear na mente dos autores e usuários de documentos, assim enfatiza as percepções; o idealismo objetivo, que considera que as ideias existem fora da consciência humana e têm propriedades universais/fixas, podendo ser analisadas num sistema ou separadas em partes iguais, admitindo a classificação fora de um contexto, enfatizando aspectos de uma análise teórica e tornando-os absolutos; o conceito pragmático de assunto, que acredita que a indexação deve orientar-se para a demanda e não para o conteúdo, enfatizando a necessidade do usuário; a teoria de assuntos realista/materialista, que afirma que o uso do documento para algum fim específico é que fará com que suas propriedades surjam, tais como a visão do autor sobre os assuntos nele tratados; e a proposição objetiva verdadeira que pode ser fixada sobre o documento.

Conforme Dias (2010), a representação pode ser uma tentativa de espelhar um mundo, de mostrar como ele é visto por quem o representa, com uma carga de significados, fruto do pensamento, em um determinado contexto. O contexto, ou o propósito da informação, refere-se ao campo do conhecimento relevante para agrupar, significar e usar as informações para descrever um mundo, uma determinada realidade ou os objetos desta realidade.

Somente relembrando, a representação para a CI implica em permitir o acesso às informações, por exemplo, nos arquivos, museus e bibliotecas, tornando disponível aos usuários o conteúdo desejado, a partir das descrições do conteúdo presente nos documentos (DIAS, 2010).

A documentação objeto deste estudo é composta por processos judiciais, produzida dentro de um Tribunal, em um contexto e área específica, com um vocabulário especializado. Segundo Dias (2010, p. 40), “o conjunto de procedimentos que expressam o conteúdo dos documentos é formado por termos e suas relações, num domínio específico (determinada área do conhecimento)”. Cada campo do conhecimento tem uma linguagem própria. É o caso do Direito, área particular do conjunto documental em estudo, que possui seu vocabulário particular. Essa área serviu como suporte para que fossem construídas as linguagens documentárias de interesse deste trabalho, dentro do domínio da instituição geradora dos documentos.

Para este trabalho foram usados modelos de representação da informação, traduzidos em termos padronizados, a partir da investigação de características do

Direito, contextualizando a época da história e as condições culturais e linguísticas, permitindo que fossem desenvolvidos sistemas de classificação.

A identificação dos termos mais usuais em detrimento de outros não usados pela comunidade do século XIX e do século XXI, que se utilizava e se utiliza da prestação jurisdicional estadual, contribuiu para a definição do vocabulário controlado construído para o catálogo, com base em um sistema de recuperação da informação, sob uma estrutura sólida de comunicação (NEGREIROS, 2008).

2.2 Fundamentos de descrição sobre as tipologias de texto

A documentação arquivística reflete a linguagem própria de seus produtores. Mas é difícil identificar um único produtor para um processo judicial, apesar de estar convencionado pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) que o produtor de um determinado fundo ou qualquer uma de suas subdivisões será a entidade que o produziu. Justifica-se essa assertiva pela razão de que um processo judicial é composto de muitos itens documentais, cada um deles produzido por entidades e pessoas diferentes, como o advogado (representante de uma parte/pessoa, diante do Juízo), promotor; delegado de polícia, juiz, perito, testemunhas, entre outros. Certamente que esses documentos refletem a linguagem de seus produtores, mas “para se determinar a linguagem específica que rege a produção dos documentos arquivísticos de uma instituição, cabe um profundo estudo sobre a proveniência desses documentos” (NEGREIROS, 2008, p. 90).

É indispensável lembrar que, em relação à documentação de arquivo, há passos que são extremamente necessários para que se construa um vocabulário controlado eficiente, são eles: entender o que representa o arquivo para a instituição; saber qual o nível de padronização da produção dos documentos; entender quais os meios efetivos de comunicação entre os integrantes do sistema de informação; e compreender quais os significados que estes atribuem aos termos empregados na produção dos documentos (NEGREIROS, 2008).

Conforme Garcia Gutiérrez (1998, s/p) explica, quando o documentalista vai se debruçar sobre um texto de um documento para analisá-lo, ele se identifica como um leitor de textos, executando uma leitura dirigida (ou que deve ser dirigida) por

regras específicas, buscando a essência do discurso ou a macroproposição do produtor como resultado, para que se dê a recuperação da informação pelo usuário.

Lara e Tálamo (2007) descrevem, em seu artigo, uma experiência prática na qual propõem os fundamentos de descrição sobre as tipologias de textos, que será aproveitada em parte neste trabalho, já que os processos judiciais analisados são, em suma, textos.

As autoras (LARA e TÁLAMO, 2007) contribuem para a discussão sobre a Terminologia teórico-metodológica, considerando-a uma referência para o aperfeiçoamento das metodologias de construção de linguagens documentárias de um modo geral, respondendo pela estruturação desses instrumentos, pois afirmam que a compreensão do conceito e das unidades terminológicas, bem como do sistema conceitual e das redes relacionais de natureza lógico-semântica e pragmática entre os termos, pode ser auxiliada pela Terminologia que irá fornecer as bases para tal análise.

Representar documentos com o intuito de recuperar a informação é um processo linguístico, como acredita Blair (1990), e a descrição dos documentos é principalmente um problema de como a linguagem é usada. A Linguística colabora no processo de AD “tanto no reconhecimento de textos, quanto na estruturação das linguagens documentárias” (DIAS e NAVES, 2007, p. 80-81). E é essa estruturação que interessa a este trabalho.

O estudo aprofundado da Linguística vai além do objetivo desta pesquisa, que se debruçou sobre a construção de um caminho com vistas a contribuir para a extração do conteúdo dos documentos de arquivo, em especial aquele do Judiciário, com vistas à recuperação da informação para o acesso.

Para complementar a abordagem proposta por Lara e Tálamo (2007) como ferramenta para se desenvolver este trabalho, e aproveitando o pensamento de Nascimento (2009), propõe-se que se inverta o foco de observação no procedimento para se analisar o documento. Segundo Nascimento (2009, p. 74), a observação poderá ser construída “a partir do *objeto* (produto/documento), sua função e seu uso sociocultural, de modo também a promover um melhor acesso à informação registrada”.

O sistema sociocultural da informação, no caso em estudo, enfatizou o olhar em direção ao sistema jurídico e às necessidades sociais naqueles contextos em que a documentação foi produzida. Tudo isso foi considerado com o intuito de se

formular linguagens documentárias (LDs) como uma forma de recuperar a informação, por meio de um termo comum entre documentos com conteúdos semelhantes, criados para servirem às mesmas funções, mas que eram representados por nomes diferentes.

E, para elaborar os termos que devem servir de pontos de acesso, foi utilizado o suporte teórico do tratamento temático da informação para criação de LDs, tendo como instrumento o vocabulário controlado, posto que este é um meio de produção de termos padronizados para representar o conteúdo de documentos.

2.3 A indexação e o sistema de recuperação da informação

Para Lancaster (2004), indexar é identificar o conteúdo do documento a partir da atribuição de termos, que servem como pontos de acesso para localizar e recuperar uma informação. Robredo (2005, p. 165) entende que a indexação consiste em “indicar o conteúdo temático de uma unidade de informação, mediante a atribuição de um ou mais termos (ou códigos) ao documento, de forma a caracterizá-lo de forma unívoca”.

Kobashi (2008, p. 2) afirma que indexar

é caracterizar conteúdos de documentos por meio dos descritores de um vocabulário controlado. Ler e interpretar textos é uma das operações fundamentais da indexação. A leitura consiste em captar os significados essenciais do conteúdo informacional de documentos a fim de representá-los adequadamente para as funções de identificação e localização de informação pelo usuário. A leitura em documentação tem por objetivo representar conteúdos informacionais para o controle e recuperação de documentos. Desse modo, a leitura supõe condensação do conteúdo. A condensação implica hierarquização, seleção e generalização, processo que resulta em perda controlada de informações. Com isso, pretende-se que a informação final obtida seja um substituto semântico condensado do documento original.

Os autores, Lancaster (2004), Robredo (2005), e Kobashi (2008), concordam que o objetivo final da indexação é a recuperação da informação, visando à satisfação do usuário. Evidencia-se a indexação como caminho para a criação de vocabulário controlado, e este como um dos alicerces de conhecimento para o desenvolvimento deste trabalho, apresentando-se como uma base metodológica eficiente para a análise do acervo do Memorial da Justiça.

Saliente-se que a documentação judicial, da qual faz parte o acervo analisado neste artigo, apresenta especificidades da área da qual é integrante, o Direito. Nessa área, existem procedimentos judiciais que podem ser representados por classes, e estas, por sua vez, desdobradas e interligadas hierarquicamente. Essas classes processuais, que são as tipologias documentais (tipos de ação e recurso, segundo a tabela processual unificada de classes do CNJ¹²²), relacionam-se a conteúdos que são representados por assuntos (de acordo com a tabela processual unificada de assuntos do CNJ¹²³). Os assuntos, nesse caso, são a consequência de cada uma das funções para as quais os documentos foram criados, a partir da legislação.

Todavia, para a indexação de assuntos, Lancaster (2004) apresenta duas etapas principais: a análise conceitual e a tradução. Para este trabalho interessa a técnica de tradução, pois a análise de assuntos sofre interferência de vários fatores, como os linguísticos, cognitivos e lógicos, por isso é considerada uma atividade complexa, pois enfrenta obstáculos para ser desenvolvida (DIAS e NAVES, 2007).

Já a tradução significa converter a análise conceitual de um documento em um conjunto de termos de indexação, podendo ser por extração (derivada) ou por atribuição (LANCASTER, 2004). Na indexação por extração, selecionam-se palavras ou expressões de um documento para representar seu conteúdo temático. Na indexação por atribuição, há a extração dos termos que não aparecem explicitamente no texto, a partir de uma fonte que não é o próprio documento, ou seja, representa-se o documento por meio do emprego de termos extraídos de alguma forma de vocabulário controlado (LANCASTER, 2004).

Como este trabalho tem como um de seus objetivos construir, por meio da análise da documentação produzida pelo Judiciário, em diversas épocas da história, caminhos para possibilitar a recuperação da informação, mediante o controle dos termos usados para denominar os tipos de documentos arquivísticos, apresentando uma forma de reunir e ligar esses termos com significados relacionados entre si, o uso do vocabulário controlado se encaixa perfeitamente.

Kobashi (2008) conceitua vocabulário controlado como uma linguagem artificial, composta por termos organizados e relacionados entre si, utilizada para

¹²² Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_classes.php>. Acesso em: 20 jan. 2013.

¹²³ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php>. Acesso em: 20 jan. 2013.

indexar documentos. Tem como finalidade a padronização, com vistas a facilitar a entrada e a saída de dados em um sistema de informações, permitindo uma comunicação mais precisa e eficaz entre os usuários e o sistema de informações.

Para o acervo arquivístico do Judiciário, pode ser utilizada a solução desenvolvida por Smit e Kobashi (2003) para se elaborar vocabulário controlado. Tais autoras iniciam seu manual conceituando a série documental como “sequência de unidades de um mesmo tipo documental”, explicando que os documentos de uma mesma tipologia se agregam por apresentar uma característica comum capaz de diferenciá-los de outros tipos documentais, com a consequente exclusão dos outros diferentes. Concluem que essa organização pressupõe a identificação de semelhanças e de diferenças, que se caracterizam como uma forma de ponto de acesso, e este serve de mediador para que se dê o acesso nos arquivos (2003, p. 11-12).

Para criar um vocabulário controlado preciso e confiável, com vistas a uma identificação e subsequente busca de documentos e informações em arquivo, é necessário que seja realizada a distinção entre termos adotados e termos não adotados pelo sistema; sejam elaboradas as remissivas dos termos não adotados para os termos adotados pelo sistema; seja construída uma padronização formal dos termos adotados e conceituados os termos (SMIT e KOBASHI, 2003).

Smit e Kobashi concluem o manual (2003) sugerindo que o vocabulário controlado seja incorporado ao plano de classificação de documentos, pensando no arranjo físico, e que, em momento posterior, seja elaborado um tesouro com base no primeiro vocabulário, enfocando a organização intelectual das funções/atividades que geraram os documentos. Essa indicação corrobora um dos objetivos deste trabalho, que é contribuir para a elaboração de instrumentos de busca de qualidade para os arquivos, pois estes desenvolvem os meios de recuperação da informação, a partir da construção de um plano de classificação de documentos que conte com a organização intelectual das funções dos órgãos que produziram a documentação.

Para finalizar esta seção, é importante citar a visão de Lancaster (2004) quanto aos princípios e caminhos para se realizar a indexação, pois serviram de base para o trabalho de análise desta pesquisa. Destaca-se, entre eles, o princípio da especificidade, por ser fundamental neste caso. Esse princípio determina que “um tópico deve ser indexado sob o termo mais específico que o abranja completamente” (LANCASTER, 2004, p. 34). Tendo em vista o acervo processual

objeto de estudo, ele está sendo aplicado quando são identificadas distintas denominações para cada tipo processual existente no período cronológico que perpassa toda a documentação do Judiciário sob a guarda do Memorial da Justiça, pois, no Direito, existem procedimentos que são interligados entre si hierarquicamente, e cada um deles possui uma denominação própria. Cada um desses termos tem um nome particular, mas uma classe mais genérica contém as classes mais específicas. Por isso, existe a possibilidade de desdobramento das entradas dos termos mais específicos, em mais genéricos. Neste caso, foi respeitado o princípio da especificidade, por ser desnecessário citar todos os níveis de uma classe para recuperar a informação, e por haver a possibilidade de se utilizar sistemas informatizados para esse fim, que podem fazer essa ligação automaticamente.

Como os processos judiciais são compostos por vários tipos de documentos que são produzidos por várias pessoas, ao examinar essa documentação raramente foi feita uma leitura completa e detalhada de cada item documental. Conforme afirmou Lancaster (2004, p. 24), um caminho para elaborar o vocabulário controlado é a análise das partes dos documentos que apresentam “maior probabilidade de dizer o máximo acerca do conteúdo no menor tempo”. Essa conclusão foi aproveitada neste trabalho.

2.4 Metodologia

Para dar seguimento à construção do catálogo, foi elaborado um planejamento que foi observado como caminho metodológico, correspondendo às seguintes etapas:

- a) identificação da legislação publicada no Brasil;
- b) estabelecimento de relações entre as funções/atividades do Judiciário e seus órgãos e os documentos produzidos, com o contexto histórico e jurídico do período cronológico estudado;
- c) realização de um levantamento sobre as características dos documentos do acervo pesquisado, as relações dos documentos com as funções/atividades do Judiciário e seus órgãos;

- d) identificação dos termos que a legislação determinava para nomear os documentos;
- e) realização de tratamento sistemático da informação, a partir da identificação analítica do conteúdo informativo do documento, por intermédio do levantamento de conceitos traduzidos em expressões representativas dos tipos documentais;
- f) seleção dos conceitos identificados (diferenciando os principais dos secundários), convergindo nos processos de condensação;
- g) realização da representação documental;
- h) produção de instrumentos de busca.

Os passos apresentados nesta metodologia buscaram atingir o objetivo deste trabalho, qual seja, construção de um catálogo, para possibilitar a recuperação da informação. O processo se iniciou com o aporte teórico da Arquivologia para identificar os documentos, pois essa ação garantiu a coleta de informações de forma sistemática, perpassando pela aplicação da metodologia da TD, que assegura o reconhecimento do documento em todas as suas características, viabilizando, por fim, a criação de novos documentos mais resumidos pelo uso dos conhecimentos da AD.

FIGURA 1- MODELO DE FICHA PARA COLETA DE DADOS/PESQUISA NA LEGISLAÇÃO

Nome do órgão	
Data da criação	
Data da extinção	
Competência(s) do órgão	
Legislação consultada	
Data da publicação da legislação consultada	
Legislação revogada ou alterada pela norma consultada	
Observações	
Referência	
Data da pesquisa	
Nome do pesquisador	

Fonte: elaborada pelo autor.

FIGURA 2-MODELO DE FICHA DE IDENTIFICAÇÃO/TIPOLOGIA DOCUMENTAL

ELEMENTOS INTRÍNSECOS	Protocolo e subseções	
	Texto e subseções	
	Escatocolo e subseções	

PESSOAS (autor da ação; autor do documento; destinatário da ação; destinatário do documento; escritor; contra-assinaturas)	
TIPO DE AÇÃO (simples; contratual; coletiva; múltipla; contínua)	
NOME DA AÇÃO (venda; autorização; solicitação)	
RELAÇÃO ENTRE DOCUMENTO E PROCEDIMENTO (Especificação da fase do procedimento geral ao qual documento e os documentos se relacionam e, se é resultado de uma norma de procedimento; a fase do procedimento específico)	
TIPO DE DOCUMENTO (nome; natureza; função; status)	
DESCRIPÇÃO DIPLOMÁTICA (contexto, ação e documento)	
COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS	

Fonte: elaborada pelo autor.

2.5 Organização do Catálogo

A partir dos dados coletados para a produção do guia de fundos, a equipe do Memorial da Justiça criou uma ficha de coleta de dados para elaboração do catálogo em que constam os seguintes elementos:

- a) Fundo;
- b) Série;
- c) Subsérie;
- d) Data(s);
- e) Autor/Réu;
- f) Pontos de acesso;
- g) Localização da caixa no local de guarda.

O guia de fundos já contemplava as informações referentes ao fundo, série, data(s) e localização. A descrição da subsérie, nome do autor e do réu e os pontos de acesso é que foram inseridos a partir da construção do catálogo.

Esses novos elementos de descrição são importantes metadados de conteúdo, pois facilitam a busca de informações pelo usuário do Memorial da Justiça. Quanto à subsérie, pode-se explicar que ela é identificada no acervo do Memorial levando em consideração o tipo de ação ou recurso. Para defini-la é necessário contextualizar a produção documental, que obedece à legislação criada,

com a finalidade de regular cada tipo de documento, dando um nome a cada um deles. Essa pesquisa possibilita o reconhecimento de todas as ações e recursos de uma determinada época, bem como os objetivos para os quais eles foram criados, dando margem a comparações, a fim de decidir qual o termo será utilizado, como também quais tipos de documentos são semelhantes ou diferentes, e sua consequente classificação.

Em relação ao nome do autor e do réu, percebeu-se, ao longo dos 14 anos em que o Memorial recebe pesquisadores, que muitos deles estão interessados em pesquisa de biografias ou de determinada família. Por isso esse descritor é tão importante para o catálogo.

Por último, no caso dos pontos de acesso, foi utilizada a pesquisa de Cunha (2013) para realizar a indexação e criar essa base de informação. De modo geral, considera-se, para a área penal, os tipos penais como pontos de acesso e, para as outras áreas, o pedido do autor do processo. Para que seja possível descrever tais elementos, algumas partes essenciais dos processos devem ser lidas e compreendidas. Conforme Cunha (2013), as informações imprescindíveis para realizar a identificação dos pontos de acesso, bem como as subséries, estão presentes em determinadas partes do processo:

- a) na capa, como o nome do órgão produtor, da ação ou recurso, a data da autuação;
- b) na petição inicial, ofício ou outro meio em que as partes requeriam em juízo, em que foram encontrados os pedidos daqueles que procuravam o Juízo de Órfãos;
- c) nas decisões do magistrado, como despachos, sentenças e acórdãos, onde se encontravam os direcionamentos dos pedidos e as soluções dos litígios;
- d) nos pareceres de curadores, procuradores fiscais, peritos, onde estavam demonstradas as participações de outros interessados na demanda;
- e) em alguns documentos essenciais, escritos pelos escrivães, em que se observa a tramitação dos feitos e os documentos próprios de cada ação e recurso, em particular.

Para construir um vocabulário controlado, Smit e Kobashi (2003) elegeram procedimentos que chamam de *micro* (usados para introduzir o controle dos termos) e *macro* (utilizados para promover a ordenação dos termos), que estão sendo

utilizados para a elaboração dos pontos de acesso do catálogo, pela equipe do Memorial.

Entre os procedimentos micro estão:

a) Normalização gramatical

Adotou-se a forma substantiva, masculina e singular dos termos, na maioria dos casos. Somente no que concerne a expressões consagradas na área do Direito, como sequestro de bens, prestação de contas, herança, coisas vagas, tutela, curatela, entre outros, a regra não foi seguida.

b) Opções de grafia

Manteve-se, em sua maior parte, o vocabulário inalterado do século XIX até os dias atuais, não houve a necessidade de adotar esse procedimento.

c) Alterações nos nomes de pessoas ou topônimos

Manteve-se, em sua maior parte, o vocabulário inalterado do século XIX até os dias atuais, não houve a necessidade de adotar esse procedimento.

d) Controle de sinônima, homônima e quase-sinônima

Para adequar a linguagem adotada ao usuário, optou-se por utilizar termos atualizados de acordo com a legislação usada nos dias de hoje.

e) Adoção de termos compostos

A adoção de termos compostos não trouxe dúvidas quanto à manutenção da expressão. Foram consideradas expressões consolidadas que representavam linguagem utilizada pela instituição, por exemplo.

f) Introdução de notas de escopo e notas de uso

Foram utilizadas notas de escopo e de uso para conceituar os tipos documentais e os assuntos.

Após os procedimentos micro, que representam o controle do vocabulário, foram ordenados os termos, bem como organizados ou categorizados (procedimentos macro). Para a Arquivologia, significa a classificação dos documentos propriamente dita, ou seja, organizar a informação em categorias hierarquizadas. Foi observada a estrutura administrativa dos órgãos e identificados os fundos documentais, suas seções ou grupos e estes foram subdivididos em

subseções ou subgrupos. Também foi realizada a classificação funcional, determinando quais são as séries, subséries, dossiês-processo e itens documentais do acervo, a fim de descrevê-lo conforme a NOBRADE (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006). Essa classificação foi estruturada em níveis hierárquicos, a fim de facilitar a compreensão do acervo, ligado que está às atividades e funções do órgão e, consequentemente, tornando a busca mais objetiva, fornecendo uma visão de toda a instituição e de sua produção documental.

O instrumento de busca está sendo construído baseado em uma classificação hierárquica determinada pela legislação, também usada nas tabelas processuais unificadas do CNJ¹²⁴.

FIGURA 3-MODELO DE FICHA DE COLETA DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DE CATÁLOGO

FUNDO:			
SÉRIE:			
SUBSÉRIE:			
Data(s)	Autor/Réu	Pontos de acesso	Localização

Fonte: elaborada pelo autor.

CONCLUSÃO

A elaboração do catálogo para o Memorial da Justiça foi uma atividade desenvolvida com vistas a otimizar o acesso às informações de seu acervo, buscando, desde o princípio, descobrir caminhos para a recuperação da informação por meio de um instrumento de busca que levasse ao pesquisador uma lista de tipos documentais padronizada, com a indexação dos conteúdos dos processos por intermédio de um vocabulário controlado, formado por termos atualizados.

Mas, para construir um instrumento de busca completo, fez-se necessário entender todo o sistema formado pela Justiça, relacionado a um conjunto

¹²⁴ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_classes.php> . Acesso em: 20 jan. 2013.

documental específico. Em busca dessa compreensão, foi realizado um levantamento de fontes secundárias, bem como legislação do período em que foram gerados os documentos. Com base nas informações coletadas, foi elaborado o arranjo do acervo e encaminhada a análise dos termos. Depois dessa fase, utilizando-se do guia de fundos, já existente, como também dos conteúdos pertinentes aos processos judiciais propriamente ditos, a partir de uma ficha elaborada para identificação da documentação, foram descritos os processos.

O instrumento de busca ainda está em construção, inclusive porque os fundos, sob a guarda do Memorial da Justiça, em sua maioria são abertos. Até o momento, somente o catálogo de um dos mais de vinte conjuntos documentais está concluído. Durante o trabalho, muitos foram os momentos em que a equipe teve que parar para analisar documentos que tinham denominação diversa durante o mesmo período cronológico, diziam respeito a uma mesma lei, mas que os escrivães os chamavam de forma diferente. Outras vezes, foram encontrados processos que não existem mais nos dias atuais, como é o caso da ação de liberdade, que era usada para pedir na Justiça a liberdade de um escravo, quando ainda havia a escravidão no Brasil.

Sistematizar a informação é um trabalho árduo, pois, além de exigir conhecimento técnico e muita dedicação, precisa ainda de concentração e perseverança. Mas o resultado final significa a ampliação do acesso à informação e, consequentemente, a certeza de usuários satisfeitos, obrigação de qualquer órgão de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, n. 51).

BLAIR, David C. **Language and representation in information retrieval**. Amsterdam: Elsevier, 1990.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CUNHA, Mônica Maria de Pádua Souto da. **A análise tipológica como subsídio para construção de vocabulário controlado:** o caso do Juízo de órfãos do Recife (1824-1889) / Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha. – Recife: O autor, 2013, 235 f. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco.

DIAS, Célia da Consolação. **Análise de domínio organizacional na perspectiva arquivística:** potencialidade no uso da metodologia DIRKS - Designing and Implementing Recordkeeping Systems. Belo Horizonte: O autor, 2010. 333 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Escola de Ciências da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECIC-85CNSE/tese_final_050510.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 abr. 2012.

DIAS, Eduardo José Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto:** teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Elementos de lingüística en sistemas de información y documentación. **Revista Latina de Comunicación Social**, Tenerife, n.7, Jul. 1998. Disponível em: <<http://www.ull.es/publicaciones/latina/a/66ant.htm>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, J. M.; LOPES, I. L. (org.) **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação.** Brasília: Thesaurus, 2003. (Estudos avançados em ciência da informação; 2). p. 100-117.

HJØRLAND, Biger. The concept of subject in information Science. **Journal of Documentation**, Londres, v. 48, n. 2, p. 172-200, Jun., 1992. Disponível em: <<http://arizona.openrepository.com/arizona/bitstream/10150/105962/1/the%20concept%20of%20subject.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

KOBASHI, Nair Yumiko. **Vocabulário controlado:** estrutura e utilização. Brasília: Enap, 2008. 4 f. Disponível em: <http://www2.enap.gov.br/rede_escolas/arquivos/vocabulario_controlado.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2012.

LANCASTER, Frederic Wilfrid. **Indexação e resumos:** teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Uma experiência na interface Linguística Documentária e Terminologia. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 5, out., 2007. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out07/Art_01.htm>. Acesso em: 15 mar. 2012.

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do. **Análise documental e análise diplomática**: perspectivas de interlocução de procedimentos. Marília, SP: 2009, 199 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, SP, 2009. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Cienciadainformacao/Dissertacoes/nascimento_lmb_do_mar.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2013.

NEGREIROS, Leandro Ribeiro. Uma compreensão dos fundos arquivísticos sob o enfoque da análise de domínio. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 79-95, jul./dez., 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1818/1678>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

PEREIRA, Edmeire Cristina. Princípios de organização e representação de conceitos em linguagens documentárias. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 20, jul./dez. de 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/198/302>>. Acesso em: 29 abr. 2012.

ROBREDO, Jaime. **Documentação de hoje e de amanhã**: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas. 4. ed. Brasília: Reproart, 2005.

SMIT, Johanna Wilhelmina. KOBASHI, Nair Yumiko. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.